

A ECONOMIA DA UNIDADE FAMILIAR CAMPONESA DE PRODUÇÃO

DIANA CAJADO¹

GEMA ESMERALDO²

LUIZ ANTÔNIO DE PAULA³

JOSÉ DE ALENCAR⁴

MARIAMAYORGA⁵

Resumo:

A intenção de analisar economicamente a Unidade Produção Familiar Camponesa ao passo que se revela extremamente importante, também se mostra um desafio. Na busca desta compreensão, é Chayanov quem elabora uma proposta original de análise dos processos internos das unidades familiares de produção agrícola. O presente artigo traz como objetivos caracterizar e avaliar economicamente os sistemas de produção desenvolvidos, com ênfase nos aspectos relacionados a socioreprodução familiar pelas unidades de produção familiar camponesa da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, município de Itapipoca-CE à luz da teoria da Unidade Econômica Camponesa de Chayanov. Os dados apresentados neste artigo são um recorte da dissertação de mestrado em Economia Rural. A metodologia utilizada foi a Análise Diagnóstica de Sistemas Agrários (ADSA), subsidiada pela técnica de pesquisa observação participante. Os resultados trabalhados neste artigo são referentes às etapas da ADSA de Tipificação dos Sistemas de Produção e Avaliação Econômica dos mesmos. Foram identificados sete tipos de sistemas de produção, oriundos da combinação dos siste-

mas e subsistemas, dos sete tipos, os tipos 1 e 5 apresentaram renda monetária negativa. O tipo 3 foi o que apresentou melhores resultados, refletindo o maior número de Unidade de Trabalho Familiar (UTF), dialogando com os princípios da teoria de Chayanov. Tentou-se colocar a importância e o desafio de compreender como as unidades de produção familiar camponesa constroem cotidianamente sua economia alicerçada não apenas e nem principalmente em valores monetários, mas concebida a partir da vida, das formas de vida existentes no Campo.

Palavras-chave: Chayanov; Unidade de Produção Familiar Camponesa; Assentamento; Diferenciação demográfica.

Abstract

The intention to analyze economically Unit Production Peasant Family while highly relevant, also proves a challenge. In pursuit of this under-

standing is Chayanov who prepares an original analysis of the internal processes of the family units of agricultural production is article brings characterized and economically evaluate production systems developed, with emphasis on aspects related to socio reproduction family by family production units peasant community Apiques, Maceio settlement, municipality of Itapipoca-CE light of the theory of Peasant Economic Unit of Chayanov. The methodology used was the Diagnostic Analysis of Farming Systems (ADSF), sidized by the technique of participant observation research. The results worked out in this article are related to the stages of ADSF Grading Production Systems and Economic Evaluation of the same. We identified seven types of production systems, resulting from the combination of systems and subsystems, the seven types, types 1 and 5 showed negative cash income. Type 3 showed the best results, reflecting the greater number of Work

¹ Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade Vale do Acaraú-CE. E-mail: diana_cajado_pesca@hotmail.com

² Doutora em Sociologia e professora da UFC

³ Doutor em Economia Agrícola e Professor da UFC

⁴ Doutor em Sociologia e professor da Universidade de Fortaleza.

⁵ Doutora em Manejo de Bacias Hidrográficas e professora (aposentada) da UFC.



Unit Family (UWF), a dialogue with the principles of the theory of Chayanov. Tried to put the importance and challenge of understanding how the peasant family production units daily build its economy grounded not only normally in monetary terms, but designed from the life, the life forms in the Field..

Keywords: Chayanov; Peasant Family Production Unit; Settlement; Differentiation demographic.

JEL: B5; D1; Q1

Introdução

Argumentos reunidos por Lamarche (1993) e Wanderley (1999) exprimem que a agricultura familiar, como conceito genérico, incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas.

Como revela estudo comparativo internacional, coordenado por Lamarche, para o caso brasileiro, há predominância de dois modelos de Unidade de Produção Familiar, em estreita correlação: agricultura familiar camponesa e de subsistência e agricultura familiar moderna. Acrescenta o autor - em ambos, o estudo ressalta a predominância de mão de obra familiar como estratégia, mesmo onde há presença de trabalho contratado, e a busca incessante pelo acesso estável à terra como condicionante ainda presente na capacidade de reprodução da família (1993, p. 110).

De posse das referidas contribuições, a intenção de analisar economicamente a Unidade de Produção Familiar Camponesa ao passo que se revela extremamente importante, também se mostra um desafio, de modo que, simultâneo a obtenção de resultados que apontem as estratégias adotadas na busca de uma produção mais autônoma, tendo como prioridade a satisfação dos membros da família, tem-se a dinâmica natural da produção familiar, que para além das relações mensuráveis, constroem

em seu cotidiano uma economia pautada nas relações de solidariedade, reciprocidade e de interação com a natureza.

Na busca desta compreensão, é Chayanov quem elabora uma proposta original de análise dos processos internos das unidades familiares de produção agrícola. O faz baseado em uma intensa atividade de pesquisa, a partir de 1911, sobre o campesinato russo, realizado pela Escola de Organização de Produção (WANDERLEY, 2009).

Apesar de seus estudos se pautarem em uma realidade camponesa e política específicas, suas contribuições teóricas e reflexões se fazem atuais no entendimento e análise dos princípios de funcionamento da organização familiar na agricultura.

Sobre estes princípios, Wanderley (2009) evidencia que derivam do fato de, ao contrário da empresa capitalista, propriamente dita, a empresa familiar não se organiza sobre a base de extração e apropriação do trabalho alheio, de mais-valia. A fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salário, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro de capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra. (CHAYANOV, 1974, p. 137).

Pautado no que aponta Chayanov (1974) sobre a Unidade Econômica Camponesa (UEC), Carvalho (2005) ressalta que na unidade produtiva familiar agrícola tende a prevalecer uma racionalidade fortemente orientada pela fusão entre a esfera de

produção e de consumo, e a isso associado pelo balanço das necessidades (histórica e culturalmente determinadas) em relação à disponibilidade interna de capacidade de trabalho do grupo familiar.

Chayanov (1966, p. 138) considera que:

A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e, isto é especialmente importante, pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano.

Sobre a racionalidade da UEC, Costa (1999) referenciado por Carvalho (2005), baseado nas teorias de chayanovianas, formulou um modelo composto por três premissas orientadas pelas lógicas e teorias da centralidade da razão reprodutiva. Ressalta-se que as ideias trazidas nestas premissas, por possuírem como fundamentação teórica as reflexões de Chayanov, foram trabalhadas nesta investigação.

Primeira premissa: a unidade produtiva camponesa tende a ser regulada em seu tamanho e em sua capacidade de mudar pela capacidade de trabalho que possui enquanto família. Esta capacidade tenderá a ser um limite, tanto para garantir a reprodução como para empreender inovações. Essa premissa não é incompatível com a recorrente complementação de força de trabalho externa, que sempre se constata empiricamente nos universos camponeses. Estas questões são tratadas por Chayanov (1974) na reflexão teórica que denominou de "Diferenciação demográfica".

Segunda premissa: as forças que emergem das tensões contrárias, umas originadas das necessidades reprodutivas, que impulsionam o trabalho, e outras provenientes das

tensões associadas ao próprio exercício do trabalho, estabelecendo pela experiência pessoal dos componentes da família e sua vivência cultural um padrão reprodutivo. Entendendo o padrão reprodutivo com um hábito de consumo familiar ajustado a uma rotina de trabalho, subjetivamente avaliados como adequados. Na perspectiva chayanoviana, estas questões são abordadas na concepção de “penosidade” do trabalho.

Terceira premissa: a unidade de produção familiar seria, pois, um sistema cujas necessidades reprodutivas se organizam atendendo a dois conjuntos de forças e a uma restrição fundamental. Atende às forças que estabelecem os bens diretamente consumidos pela família e a necessidade de manutenção dos meios de produção aplicados e às que estabelecem o dispêndio efetivo de trabalho dos membros da família.

Chayanov trata esta relação de forças mediante a busca do equilíbrio interno familiar entre a proporção força de trabalho/ consumo, situando em questão a possibilidade, dado este equilíbrio do emprego da força de trabalho em outras atividades.

Partindo das reflexões fundantes, o presente artigo traz como objetivos caracterizar e avaliar economicamente os sistemas de produção desenvolvidos, com ênfase nos aspectos relacionados a socioreprodução familiar pelas unidades de produção familiar camponesa da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, município de Itapipoca-CE à luz da teoria da Unidade Econômica Camponesa de Chayanov.

Materiais e Métodos

Área Geográfica de Estudo

A pesquisa ocorreu no Assentamento Maceió, que dista 200 Km de Fortaleza-CE, mais especificamente na comunidade Apiques, tendo vista que o Assentamento é constituído por doze comunidades⁶ correspondendo a uma área total de 5.844,7119 ha.

Na comunidade Apiques, segundo dados da agente de saúde local habitam 117 famílias, sendo 36 assentadas e 81 agregadas⁷.

A principal atividade econômica da comunidade é a pesca, variando sua intensidade e recursos pescados ao longo dos meses do ano. É bastante intensa, porém, a presença de outras atividades, principalmente a agricultura, além de trabalhos não agrícolas como artesanato e trabalho assalariado (CAJADO, 2010).

Obtenção dos dados

Os dados apresentados neste artigo são um recorte da dissertação de mestrado em Economia Rural intitulada: Da pesca artesanal à agricultura familiar: a multifuncionalidade a partir da unidade de produção familiar. Estudo de caso. A pesquisa aconteceu de abril de 2011 a agosto 2012, de caráter qualitativo e quantitativo.

A metodologia utilizada foi a Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), subsidiada pela técnica de pesquisa observação participante.

Sobre esta técnica pontua Minayo (2011, p.70):

A observação participante é definida como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com os seus interlocutores no espaço social da pesquisa e na medida do possível participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pes-

quisa. Por isso o observador faz parte do contexto da observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente.

Com relação à ADSA, trata-se de uma metodologia utilizada desde 1995 pelo (INCRA), na elaboração de diagnósticos para diferentes microrregiões do país, centrada na análise de Assentamentos de Reforma Agrária. Esta metodologia está descrita no Guia Metodológico de Garcia Filho (GARCIA FILHO, 1999) e, mais detalhadamente, no livro de seu criador Marc Dufumier (DUFUMIER, 2007).

Para Dufumier (2007) os principais objetivos da ADSA são identificar e classificar, hierarquicamente, os elementos de natureza agroecológicas, técnicas, socioeconômicas, entre outros que mais se aproximam da evolução dos sistemas de produção, bem como compreender como eles interferem concretamente nas transformações das atividades agrícolas:

A análise diagnóstica deve possibilitar a compreensão das situações agrárias, em geral muito complexas, nas quais agem fenômenos de ordem ecológica, técnica, socioeconômica, cultural e política. O importante nem é tanto estudar, com detalhes, cada um dos fatos correspondentes, e, sim, compreender as múltiplas interações que não cessam de se manifestar entre todos esses fenômenos. (DUFUMIER, 2007, p. 61).

Desta forma, a ADSA intervém desde as fases de identificação e elaboração dos projetos, ajudando na formulação das intervenções adaptadas às realidades concretas sendo

⁶ As comunidades que formam o Assentamento Maceió são: Apiques, Bode, Jacaré, Mateus, Córrego da Estrada, Barra do Córrego, Córrego Novo, Coqueiro, Humaitá, Lagoa Grande, Maceió e Bom Jesus.

⁷ São famílias que apesar de morarem no Assentamento não são cadastradas junto ao INCRA, também são denominadas de famílias não assentadas. Geralmente são famílias constituídas pelos filhos (as) e netos (as) de assentados (as) que ao casarem, na maioria dos casos, com pessoas do mesmo Assentamento permanecem no local e constroem suas casas próximas as casas de seus parentes. No entanto, não são contemplados com qualquer programa ou benefício referente à Reforma Agrária.

“Conforme expressa Dufumier (2007), analisar um sistema de produção de uma unidade produtiva agrícola consiste menos em conhecer cada um dos elementos que o constituem do que em examinar com cuidado as interações e as interferências que se estabelecem entre eles.”

constituída das seguintes etapas: Leitura de Paisagem e Caminhada Transversal, Entrevistas Históricas, Tipificação dos Sistemas de Produção, Itinerário Técnico e Avaliação Econômica dos Sistemas de Produção, Elaboração do Diagnóstico e do Projeto e Implantação dos Sistemas Produtivos Identificados.

Os resultados trabalhados neste artigo são referentes às etapas de Tipificação dos Sistemas de Produção e Avaliação Econômica dos mesmos.

Tipificação dos Sistemas de Produção

Conforme expressa Dufumier (2007), analisar um sistema de produção de uma unidade produtiva agrícola consiste menos em conhecer cada um dos elementos que o constituem do que em examinar com cuidado as interações e as interferências que se estabelecem entre eles.

Sob o propósito de elaborar uma tipologia de sistemas de produção Dufumier (2007, p.75). coloca:

A elaboração de uma tipologia das explorações agrícolas em cada uma das zonas previamente demarcadas

tem por finalidade mostrar como as diversas categorias de produtores praticam diferentes sistemas de produção, de acordo com os recursos de que eles dispõem e com a natureza das relações sociais em cujo contexto eles operam.

Para tanto, no processo de sistematização dos tipos de sistemas de produção, segundo Garcia Filho (1999), é necessário obter as informações abaixo:

a) A família e a mão de obra disponível:

- A história e a trajetória de acumulação da família.
- A mão de obra familiar disponível (a quantidade e a qualidade, as divisões de sexo/gênero e de idade, os períodos de disponibilidade).
- Eventualmente, a mão de obra não familiar utilizada, tais como assalariados, mutirões, trocas de dias de trabalho, formas coletivas de trabalho (a quantidade, a qualidade, as relações de trabalho).
- Eventualmente, as fontes de renda não agrícola.

b) A unidade de produção:

- Os meios de produção disponíveis - terra, instalações e equipamentos (a quantidade e a qualidade, a modalidade de aquisição, os períodos de disponibilidade, a utilização efetiva).
- O acesso a recursos externos (o financiamento, os subsídios, a infraestruturas).
- Eventualmente, as relações sociais que garantem o acesso a esses recursos e os meios de produção (arrendamento, condomínios, cooperativas).
- As principais produções (os diferentes sistemas de cultivo, criação, extrativismo e transformação).

c) Os sistemas de cultura:

- Os consórcios e as rotações de culturas.

- Os itinerários técnicos (a sucessão de operações realizadas, as quantidades e a qualidade de cada recurso utilizado) e os calendários de trabalho.

- Os problemas técnicos enfrentados.

- O nível e o destino da produção.

d) Os sistemas de criação:

- Os itinerários técnicos.
- As relações com os sistemas de cultivo (a utilização de pastagens, as capineiras, os grãos, o fornecimento de esterco, etc.).
- Os problemas técnicos.
- O nível e o destino da produção.

e) Os sistemas de extrativismo:

- Os itinerários técnicos.
- As relações com os sistemas de os demais sistemas (dinâmica de organização da mão de obra, utilização de insumos, tipo de embarcação e de arte de pesca utilizados) os problemas técnicos.
- O nível e o destino da produção.

f) Os sistemas de processamento dos produtos: (a mesma lógica dos outros subsistemas).

g) As atividades complementares (atividades necessárias à subsistência da família, prestação de serviços ou trabalho fora da propriedade).

h) As combinações dos sistemas de cultura com os de criação e extrativismo:

- Fluxos de fertilidade e produto no tempo e no espaço (relação de concorrência ou complementaridade dos componentes dos sistemas de produção).
- Calendário de trabalho (concorrência entre os sistemas de cultivo, criação e extrativismo).

Mediante a obtenção destas variáveis, Dufumier (2007) orienta que, em primeiro lugar, o trabalho consiste em entender como as unidades produtivas se tornam objeto de uma acumulação desigual ou não

de capital, e como os sistemas de produção praticados se diferenciam. Convém perguntar aos agricultores informados quais foram as principais etapas através das quais certos produtores puderam adquirir novas áreas e outros meios de produção, bem como as razões pelas quais isso não foi possível para todas as categorias de agricultores. Assim é possível distinguir, em geral, diversas trajetórias de evolução e acumulação.

Para a obtenção destas variáveis, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, orientadas por um roteiro contendo as informações há pouco listadas junto às famílias da comunidade Apiques.

Estas entrevistas aconteciam geralmente nos espaços onde são realizados os diversos tipos de produção, de modo a ser possível que se participasse nas atividades, como nos roçados⁸ colhendo feijão, nos quintais produtivos, na casa de farinha participando de farinha, projetos coletivos, na praia e até mesmo em alto mar na pescaria da sardinha.

Além de ouvir, de observar os manejos e as práticas, estes momentos possibilitaram observar as relações sociais e com a paisagem rural a partir da realização das atividades de agricultura e pesca.

Quanto à amostragem referente às entrevistas realizadas nesta etapa, pautou-se no que traz Dufumier:

Levando-se em conta que os sistemas de produção agrícola podem ser bastante complexos, torna-se difícil e custoso proceder à sua análise detalhada a partir de um número muito grande de unidades de produção. É por isto que se costumam fazer estudos de caso apoiados em amostras relativamente restritas. A partir de uma tipologia prévia estabelecida com base na análise geral da situação agrária, escolhem-se os estabelecimentos cujos sistemas de produção serão estudados. (2007, p.93-94).

A partir da primeira família entrevistada de cada tipo da tipologia previamente elaborada, pedia-se que

“
**Várias unidades,
no entanto, devem
ser entrevistadas
no interior de uma
das categorias
de produtores
a fim de que se
identifique a relativa
homogeneidade
desses últimos.**
”

a família indicasse outra com realidade semelhante a sua. Deste modo configurando o tipo de amostragem não probabilística denominado snowball mais conhecida como “bola de neve”, onde os participantes iniciais indicam novos participantes.

Essa técnica é uma forma de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994, p. 332, apud MUNHOZ, 2011).

As entrevistas voltadas a cada tipo de sistema de produção previamente elaborado se esgotavam quando se percebia as homogeneidades nas respostas dos entrevistados ou entrevistadas.

Quanto a esta questão, Dufumier (2007) pontua que o número de pro-

dutores entrevistados em tal etapa do estudo depende, principalmente, da diversidade dos tipos identificados na fase anterior. Várias unidades, no entanto, devem ser entrevistadas no interior de uma das categorias de produtores a fim de que se identifique a relativa homogeneidade desses últimos.

Ressalta-se que na elaboração de uma tipologia definida, algumas pré-tipologias foram pensadas com base nos dados obtidos nas entrevistas.

2.2.2 Avaliação Econômica dos Sistemas de Produção

Para Garcia Filho (1999), a análise econômica dos sistemas de produção é uma etapa essencial do diagnóstico, pois permite:

a) Avaliar o potencial de capitalização, ou ao contrário, de descapitalização de cada categoria de produtor, corroborando ou negando a “pré-tipologia” elaborada anteriormente.

b) Estudar com mais profundidade as relações sociais que caracterizam cada tipo de unidade de produção e o sistema agrário como um todo.

c) Conhecer os fundamentos econômicos das associações de atividades e das práticas agrícolas adotadas pelas famílias.

Para realizar esta etapa de forma mais segura, Dufumier (2007) aponta que as sondagens sobre os aspectos econômicos devem se limitar geralmente, a questões fechadas.

Estas últimas precisam ser suficientemente claras para não dá lugar a diferentes interpretações por parte das diversas pessoas entrevistadas. A experiência mostra que às vezes é difícil obter resultados confiáveis através de um número pequeno de questões. Ainda aqui, é o trabalho realizado nas etapas anteriores que nos permite, de agora em diante, preparar melhor os questionários e evitar o máximo de erros ou de

⁸ São os plantios em consórcio de milho, feijão e em alguns casos mandioca realizados pelas as famílias da comunidade Apiques.

imprecisões nas respostas, limitando as questões ao essencial (DUFUMIER, 2007, p. 114).

Compreendendo a realidade pesquisada, foram aplicados formulários para coletar dados de natureza quantitativa e entrevistas dos tipos aberta e semiestruturada, com ênfase nas variáveis que viabilizam sua reprodução socioeconômica, sendo esta entendida com base em dois níveis distintos, não excludentes (PASQUOTTO; MIGUEL, 2005).

Em um nível de análise com dimensões simbólicas e abstratas, a reprodução socioeconômica destas famílias pode ser entendida em decorrência da seguridade da permanência de práticas de pesca e agricultura relacionadas com a cultura e a identidade social, altamente diversificada para a sociedade.

Em um plano menos abstrato, mais permeado por evidências empíricas, a reprodução socioeconômica é entendida tanto em relação a condições objetivas, relacionadas ao acesso à alimentação e à renda para a satisfação das necessidades das famílias e para a reprodução material dos sistemas de produção, como também em suas determinantes subjetivas, como a reprodução e (re) criação da cultura e do conhecimento das famílias, elementos que fazem parte da identidade desses grupos sociais.

Para operacionalizar as variáveis referentes ao nível de análise quantitativa, foram realizados os cálculos seguintes para os sistemas de produção identificados:

Valor Bruto da Produção (VBP): valor total do que é produzido, seja para venda, seja para consumo familiar.

Valor agregado (VA): corresponde à diferença entre o valor total que é produzido (PB) pelo que é consumido durante o processo de produção, ou seja, o custo intermediário (CI) pelo custo de equipamento e animais que perdem seu valor anualmente, por sofrerem desgaste, denominado depreciação (D). Logo:

$$VA = VBP - CI - D;$$

Deste modo o Valor Agregado total é calculado:

$$(VA_t) = VA_{\text{criação}} + VA_{\text{cultivo}} + VA_{\text{transformação}} + VA_{\text{extrativismo}}.$$

Renda Agrícola (RA): Se refere à parte do VA que fica com a família, ou seja:

$$RA = VA_t - S - I - J - RT + SUB$$

Onde:

S: salário

I: impostos

J: juros

RT: renda da terra (arrendamento);

Para a Renda Monetária (RM) calcula-se:

$$(RM) = RA - \text{autoconsumo}$$

Unidade de Trabalho Familiar (UTF): Corresponde ao número de membros da família que desempenham as atividades agrícolas e de pesca. Caso algum familiar possua outro trabalho, ou atividade, que ocupe parte de seu dia, ou mulheres com crianças são consideradas 0,5 UTF.

Evidencia-se a importância de identificar e considerar na análise econômica as rendas extras aos sistemas de produção identificados, que para a realidade pesquisada podem ser oriundas de: Trabalhos não agrícolas; transferências sociais; previdência e seguro defeso referente aos seis meses de suspensão da pesca

da lagosta de dezembro à maio.

A aplicação dos formulários ocorreu com base na Tipologia dos Sistemas de Produção, em que as famílias e os sujeitos correspondiam a representante dos tipos identificados.

A respeito da objetividade, clareza e adequação do formulário com a realidade pesquisada, foi efetuado um pré-teste com três famílias, que por sua vez, aprovaram o formato do formulário, ressaltando que estes não entraram na análise dos dados.

3. Resultados e Discussões

3.1 Tipologia dos Sistemas de Produção: Uma leitura a partir da Unidade Econômica Camponesa de Produção (UEC)

A tipologia dos sistemas de produção iniciou-se pela identificação e diferenciação no que se refere ao acesso a recursos naturais, aos recursos financeiros, correspondentes às rendas extras as atividades aos sistemas de produção e recursos humanos, como mão de obra externa à unidade familiar, e de produção, sendo este último, o fator de diferenciação entre os tipos sistemas identificados na comunidade pesquisada. Nesta perspectiva, foram identificados sete tipos de sistemas de produção, oriundos da combinação dos sistemas e subsistemas apresentados no quadro abaixo na (FIGURA 1).

Figura 1- Quadro dos sistemas e subsistemas de produção que formam os sete tipos de sistemas de produção identificados na comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO	SUBSISTEMAS DE PRODUÇÃO
Cultivo	Coqueiro, cajueiro, outras fruteiras, feijão, milho, mandioca, batata doce, horta.
Criação	Microcriação multiespecífico (apenas aves), galinhas, patos, perus, capotes, gansos.
Transformação	Mandioca (farinha, goma, borra)
Extratativismo	Pesca (canoa e pacote)

Fonte: Dados da pesquisa, (2011; 2012)

O quadro abaixo (Figura 2) traz a sistematização das variáveis que caracterizam cada tipo de sistema de produção identificado.

Figura 2 - Quadro de variáveis relacionadas à identificação e diferenciação dos sete tipos de produção da comunidade Apiques, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.

Tipos de sistemas de produção	Atividades/ tipo de sistema	UTF média	Mão de obra	Renda extra/tipo de sistema de produção	Valor (R\$) da renda extra
1	Quintal produtivo, coqueiro, cajueiro, microcriação e transformação.	1,5	Com mão de obra complementar.	Aposentadoria; Bolsa Família; Artesanato.	932,27
2	Pesca (canoas)	1	Com mão de obra complementar.	Seguro Defeso; Bolsa Família; Trabalhos não agrícolas; Artesanato.	711,66
3	Quintal produtivo, coqueiro, cajueiro, microcriação, transformação e pesca (canoas e pacote).	4	Sem mão de obra complementar.	Seguro Defeso; Bolsa Família; Artesanato.	711,00
4	Quintal produtivo, coqueiro, cajueiro, microcriação, transformação e pesca (pacote).	3	Sem mão de obra complementar.	Seguro Defeso; Bolsa Família; Artesanato.	746,00
5	Quintal produtivo, coqueiro, cajueiro, microcriação e transformação.	2	Sem mão de obra complementar.	Bolsa Família; Trabalhos não agrícolas; Artesanato.	779,50
6	Quintal produtivo coqueiro, cajueiro, microcriação, transformação e pesca (sem embarcação)	1,5	Sem mão de obra complementar.	Seguro Defeso; Bolsa Família; Trabalhos não agrícolas; Artesanato.	692,23
7	Quintal produtivo e pesca (canoas e pacote).	1,5	Com mão de obra complementar.	Seguro Defeso; Bolsa Família; Trabalhos não agrícolas; Artesanato.	933,00

Fonte: Dados de pesquisa (2011; 2012).

“

Porém, o Tipo 1 apresenta uma média de mão de obra complementar de 30 diárias por ano, refletindo a sua limitação em termos de mão de obra disponível, já que a média de UTF neste tipo de sistema de produção é 1,5.

”

Tendo como fator de diferenciação a mão de obra, os tipos de sistemas se dividem em: com mão de obra complementar e sem mão de obra complementar. Desta forma, as atividades relacionadas à agricultura normalmente são realizadas pela família, compreendendo não apenas marido, esposa e filhos (as), mas também, irmãos (as), cunhados (as), tios (as), enfim numa leitura mais ampliada da dinâmica da agricultura familiar baseada nas relações de parentesco, na reciprocidade, onde de forma esporádica, paga-se uma a duas diárias por ano.

Porém, o Tipo 1 apresenta uma média de mão de obra complementar de 30 diárias por ano, refletindo a sua limitação em termos de mão de obra disponível, já que a média de UTF neste tipo de sistema de produção é 1,5.

Já no caso da pesca, quando os pescadores não possuem nenhuma relação de parentesco direta, o pescador dono da embarcação recebe um valor percentual da produção dos outros pescadores, uma espécie de sistemas de partes, denominada “três-um”⁹.

Esta lógica não é contratual, pois se os pescadores considerarem a produção pequena, eles priorizam a garantia do consumo familiar, onde cada um leva para casa sua produção ou parte dela, já que os laços de solidariedade são muito fortes entre as famílias da comunidade, onde mesmos com uma pescaria considerada *fraca*, os pescadores doam peixes aqueles que por ventura necessitem.

[...] “Quanto a pesca tá fraca prefiro trazer para casa, do que vender, porque eu acho melhor tá com a barriga cheia do que tá comprando” [...] (Pescador e não assentado de 34 anos).

Logo em relação à mão de obra, mesmo quando há a necessidade de contratar, ela ocorre de forma complementar à força de trabalho da família, dialogando com a teoria de Chayanov (1974) a respeito da relação produção consumo centralizada na satisfação das necessidades e equilíbrio internos familiar.

Altafin (2007), ao explicar sobre a racionalidade da produção camponesa em seu texto “Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar”, lança mão da teoria da UEC e destaca que Chayanov (1974) não nega o interesse da família agricultora em obter lucro com a atividade produtiva, mas enfatiza que este interesse está necessariamente subordinado à satisfação da família pelo fato de não haver a distinção entre gestão e trabalho, sendo ambos da responsabilidade do produtor e de sua família, mesmo quando há necessidade de contratar mão de obra, por sua vez, acontecendo de forma complementar a força de trabalho familiar.

Assim, os sistemas de produção Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 7, mesmo com mão de obra complementar, estão pautados na lógica de produção fa-

miliar. Contudo, esta complementaridade revela outro fator considerado na discussão da unidade familiar de produção por Chayanov, a composição da família, onde para explicá-la, propôs a teoria da Diferenciação Demográfica.

Esta teoria faz menção à relação da capacidade do trabalho familiar com o ciclo de vida familiar, de modo que a produção possa estar diretamente relacionada com a satisfação das necessidades de seus membros.

Desta forma, ao passo que os filhos (as) vão crescendo em idade e vão consumindo mais, também vão se tornando mão de obra numa relação entre trabalho/consumo até atingirem o equilíbrio ou constituírem sua própria família, reduzindo a capacidade de trabalho, agora para proporções menores, já que o casal, inicialmente jovem, irá se encontrar no período de senilidade.

Isto se verifica no Tipo 1, pois já trata do sistema de produção realizado pelas famílias lideradas por aposentados com pouca mão de obra, que na juventude também praticavam a pesca. Nos casos dos Tipos 2 e 7 também se verifica a relação proposta por Chayanov, porém em um momento diferente na dinâmica da composição familiar.

As famílias que praticam só a pesca são caracterizadas por filhos (as) ainda pequenos, onde o pai passa boa parte do tempo no mar enquanto a mãe fica em casa cuidando dos filhos (as), ou sendo os filhos (as) com idade de ficar sozinhos, a mãe realiza trabalhos não agrícolas. Assim a UTF para a pesca é 1, tendo então como mão de obra disponível 30 diárias/mês, refletindo na necessidade de complementar a mão de obra.

No caso das famílias que desenvolvem o Tipo 7, são geralmente constituídas por filhos (as) que

⁹ É uma forma de divisão da produção onde o pescador dono da embarcação recebe a cada 3 kg de peixe vendido o valor de 1 kg. No entanto, este sistema não é utilizado em todos os tipos de pescarias.

“
Para os Tipos 3, 4, 5 e 6 o fato de não necessitarem de mão de obra externa a família, está ligada também a dinâmica da Diferenciação Demográfica. Sendo que, no Tipo 3 e 4 apresentam a maior diversidade de atividades, conseqüentemente a maior UTF, em média 4 e 3 respectivamente.”

mesmo não sendo crianças pequenas não possuem idade de ajudar nos trabalhos da pesca e da agricultura, sendo necessária mão de obra externa, principalmente para a pesca podendo ainda, a mãe exercer trabalho não agrícola, apresentando uma UTF média de 1,5 dispondo de um total mensal de 45 diárias.

Para os Tipos 3, 4, 5 e 6 o fato de não necessitarem de mão de obra externa a família, está ligada também a dinâmica da Diferenciação Demográfica. Sendo que, no Tipo 3 e 4 apresentam a maior diversidade de atividades, conseqüentemente a maior UTF, em média 4 e 3 respectivamente.

No sistema de produção do Tipo 3, observa-se, que, as famílias que praticam este conjunto de atividades, além do alto grau de diversificação, dispõem de excedente de mão de obra, apresentando por mês a disponibilidade de 120 diárias, já que possuem uma, sinalizando um potencial para a realização de atividades não agrícolas. Porém este potencial esbarra na escassez de empregos desta natureza no assentamento Maceió de forma geral.

Apesar da diminuição dos riscos de perdas por meio da diversificação das atividades agrícolas, a mão de obra excedente sinaliza um potencial para atividades de caráter pluriativo representando uma alternativa de complemento à renda agrícola, visto que, nestes casos a relação trabalho consumo tende a se encontrar numa situação de equilíbrio interno, onde caberá à família reavaliá-la, dada as restrições, a real necessidade de continuar dedicando força de trabalho a atividades.

Na análise deste comportamento, Chayanov desenvolveu o cálculo de penosidade do trabalho.

Cada *rublo* adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família; em segundo lugar do ponto de vista da penosidade com o que foi obtido. É evidente que com o aumento da produção obtido por trabalho árduo diminui a avaliação subjetiva do significado de cada novo *rublo* para o consumo; mas a penosidade do trabalho para ganhá-lo, que exigirá um quantidade cada vez maior de auto exploração. Enquanto não se atingir o equilíbrio entre os dois elementos que estão avaliados (ou seja, enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior a importância das necessidades que o trabalho suportado satisfaz), a família que trabalha sem utilizar o trabalho pago tem todo tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica. Quando atinge este ponto de equilíbrio, porém não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia dos seus efeitos econômicos (CHAYANOV, 1974, p. 139).

A realidade das famílias que compõem o sistema de produção do Tipo 4, em relação ao conjunto de atividades desenvolvidas, comunga com apresentado pelo Tipo 3, porém possui como principal diferença,

além a quantidade de UTF's, o tipo de embarcação utilizada para a pesca, onde o Tipo 3 a pesca é realizada em canoa podendo também as famílias possuírem pacote e o Tipo 4 possui apenas pacote.

Esta diferença quanto ao tipo de embarcação revela a relação entre os membros das famílias que desenvolvem este tipo de sistema de produção com as famílias que utilizam mão de obra complementar, principalmente na pesca, pois o excedente de mão de obra verificado no Tipo 4, principalmente no primeiro semestre do ano, período de pescarias mais intensas nas canoas é alocado nas embarcações desistemas de produção Tipo 2 e 7.

O sistema de produção Tipo 5 é realizado por dois perfis de famílias: famílias jovens, geralmente formada pelo casal e crianças, onde o pai não tem vocação para a pesca, se dedicando assim a agricultura juntamente com a esposa e em alguns casos, podendo realizar também trabalhos não agrícolas, ou famílias que tenham filhos (as) em idade de contribuir com as atividades agrícolas, mas por sua vez, nenhum dos membros apresenta vocação para a pesca, desenvolvendo apenas a agricultura.

Ambos os perfis de famílias têm sua lógica de produção baseada no equilíbrio interno entre trabalho e consumo, apresentando uma média de 2 UTF's, logo dispondo de 60 diárias/mês.

A mão de obra disponível neste tipo de sistemas de produção é alocada pelas famílias ou em trabalhos não agrícolas ou complementando a mão de obra das famílias que compõem o sistema de produção Tipo 1.

Este comportamento, além das questões relacionadas ao capital social das famílias, está ligado à capacidade de organização e decisão que as famílias possuem na alocação de sua mão de obra, tendo como prioridade a reprodução familiar, que se estabelece tanto nas relações com os recursos naturais na realização de ati-

vidades agrícolas, como nas relações com os sujeitos através de serviços prestados a comunidade.

Sobre isto, Schneider traz que, nestes casos, cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à continuidade e à reprodução e acrescenta:

Em situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para suas necessidades, ou quando sobram braços para trabalhar, ela tende a buscar em atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não agrícolas uma forma de ocupar a força de trabalho para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo (SCHNEIDER, 2003, p. 107).

No caso das famílias que praticam o sistema de produção Tipo 6 também apresentam dois perfis, semelhantes aos das famílias do Tipo 5, mas pelos menos um membro da família, na maioria dos casos o pai, se dedica além da agricultura também a pesca em embarcação de terceiros.

A média de UTF indicada pelas famílias deste sistema de produção é 1,5 dispondo de 45 diárias/mês, alocando parte das diárias que excedem a força de trabalho utilizada na agricultura na atividade pesqueira ao longo do ano, logo para as famílias deste sistema, a pesca constitui uma das atividades principais, no entanto não possuem o meio de produção próprio.

A decisão de não possuir embarcação está relacionada, segundo alguns entrevistados deste tipo de sistema de produção aos custos para mantê-la ou ao fato de possuírem alguma relação de parentesco com o dono do barco o qual pescam, não sentindo a necessidade de adquirir um, já que dividem os custos da manutenção sem precisar pagar com parte de sua produção para usufruir da embarcação, se considerando de certa forma também proprietários.

“
No sentido de ampliar o entendimento sobre as estratégias reprodutivas da unidade familiar de produção, os sistemas de produção foram avaliados quanto aos aspectos econômicos relacionados com a socioreprodução das famílias pesquisadas.
”

Deste modo, compreende-se que a trajetória dos tipos de sistemas de produção identificados na comunidade Apiques, mostra uma relação direta com a composição familiar, ou seja, com o momento biológico que a família se encontra em seu ciclo de vida.

Sobre isto, Wanderley (2009), no texto “Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov” interpreta a relação entre o trabalho e consumo familiar postula por Chayanov em seus estudos sobre a UEC.

Ora, para Chayanov, a relação entre o trabalho e o consumo é definida internamente ao nível da própria composição da família. Com efeito, para ele, a família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência: começa com um casal que, em geral trabalha: amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para construir uma nova família/empresa. O casal se reencontra no final, porém com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida (WANDERLEY, 2009, p. 139).

Esta compreensão se torna essencial para o entendimento das diferentes estratégias reprodutivas entre as unidades de produção familiar, que apesar de pautarem suas atividades em um mesmo espaço geográfico, como no caso estudado, possuem comportamentos específicos, respondendo assim de forma diferente a estímulos externos, podendo inclusive, ser a resposta para insucesso de projetos que vem em forma de pacotes considerando todas as famílias iguais.

No sentido de ampliar o entendimento sobre as estratégias reprodutivas da unidade familiar de produção, os sistemas de produção foram avaliados quanto aos aspectos econômicos relacionados com a socioreprodução das famílias pesquisadas.

Análise econômica dos sistemas de produção: busca pela compreensão da economia do cotidiano.

[...] “Você ter aquela tranquilidade de ir pro mar o pouco que você produzir no mar, você ter a certeza que tem uma ajuda na terra, você chega do mar e tem alguma coisinha na terra pra lhe ajuda. Ou então você vai trabalhar na terra e quando você chega da sua agricultora e vê, ah! o inverno foi fraco, a produção foi pouca, mas você tem a certeza que o mar lhe ajuda favorecer a aquela agricultura, aquela parte que ela faltou”. [...] (Pescador-agricultor e assentado de 48 anos).

A avaliação econômica foi realizada de acordo com os tipos de sistemas de produção identificados, buscando perceber a relevância socioeconômica destes para as famílias da comunidade pesquisada.

Partindo para uma análise dos sistemas de produção com mão de obra complementar, o Tipo 1 apon- tou PB anual de R\$ 5.363, 3, valor superior ao seus CI e D, que foram R\$ 2.059,10 e R\$ 316, 60 respectiva-

mente, resultando no VA total R\$ 2.987,60/ano.

Apesar de a RA deste tipo ser R\$ 2.987,60, apresentou uma RM negativa de 12,75, visto que, a maior parte do PB é destinado ao autoconsumo familiar totalizando um valor anual de 3.000,35.

Os valores apresentados pelo Tipo 1 revelam um processo de descapitalização por parte das famílias que o realizam, já que por apresentarem RM negativa, revelando ainda, a importância da renda extra para estas famílias que, como já exposto anteriormente são lideradas por aposentados.

No caso do Tipo 7, verificou-se PB anual de R\$ 41.981,00, tendo como CI e D, os valores R\$ 3.782,92 e R\$ 20.102,73 respectivamente. O sistema que mais contribui para apresentação destes valores pelo Tipo 7 é o sistema de extrativismo pesca, com respectivos valores anuais de PB, CI e D de R\$ 41.123,00, R\$36.26,73 e R\$ 20.000,33.

Em relação ao VA, RA e autoconsumo apresentou os seguintes valores: R\$ 34,873,47, tanto para VA quanto para a RA e R\$ 4.414,45.

É importante ressaltar que para todos os tipos de sistemas de produção identificados, inclusive os que não contam com mão de obra complementar tem-se que valor agregado igual à renda agrícola, revelando certo grau de autonomia das famílias com relação a sua produção, pois não se verificaram pagamentos de empréstimos, alugueis, juros ou arrendamen-

tos ligados as atividades agrícolas desenvolvidas na comunidade.

A RM total deste tipo foi de 30.450,79, salientando que, mais uma vez, o sistema de extrativismo pesca foi o responsável por alavancar este resultado, visto que, a RM apresentada pelo sistema de cultivo foi de R\$ -135,18.

No tocante Tipo 2, que apresenta em sua composição apenas o sistema de extrativismo pesca, os valores referentes ao PB, CI e D foram de R\$ 24.924,33, R\$ 50.98,66, R\$1.641,39 respectivamente, resultando num VA de 18.203,28, que por vez, é igual ao valor apresentado pela RA. O autoconsumo foi igual a R\$ 4.943,33, refletindo numa RM igual a R\$ 13.259,95.

A expressiva diferença apresentada em termos monetários entre o sistema de produção Tipo 1 e os sistemas Tipo 2 e 7, deve-se essencialmente ao sistema de extrativismo pesca, praticados nestes dois últimos

Mediante aos valores apresentados pelos sistemas de produção Tipo 2 e 7, verificou-se que as famílias que praticam estes sistemas estão em processo capitalização, sendo o Tipo 7 mais capitalizado em relação ao Tipo 2, visto que, por apresentarem RM positiva, possuindo capacidade de investimento, tendo sua reprodução socioeconômica associada a atividade de pesca.

O quadro abaixo (Figura 3) mostra os valores das variáveis referentes à análise econômica, dos sistemas com mão de obra com mão de obra complementar.

Contudo, a reprodução socioeconômica da unidade familiar de produção não se limita a capacidade das famílias de auferirem lucro, representado pela RM positiva, não que isto seja indesejado, como traz Chayanov (1974) ao considerar em sua teoria sobre a UEC o interesse da família em obter lucro, mas ressalta que este interesse está necessariamente subordinado à satisfação da família.

As atividades relacionadas aos sistemas de cultivo, criação e transformação, apesar de monetariamente serem menos expressivas em relação ao de extrativismo pesca, também se encontram associadas a reprodução familiar, através de suas relações com a segurança e soberania alimentar, pela fato de praticamente toda a produção deste sistemas ser destinado ao autoconsumo, manutenção de saberes e práticas relacionada a reciprocidade.

Analisando os sistemas de produção sem mão de obra complementar, o Tipo 3 foi o que apresentou maiores valores com PB, CI e D de R\$ 51.108,10, R\$ 6.392,87, R\$ 2.405,68, respectivamente. Referente ao VA, RA, autoconsumo e RM, os valores apresentados foram, nesta mesma ordem: R\$ 44.333,66, R\$ 44.333,66, R\$ 8.022,13 e R\$ 36.310,52.

Este comportamento é resultado não apenas a quantidade de UTF, sendo em média 4, mas reflete também a capacidade que as famílias possuem de organizar suas atividades agrícolas na perspectiva de equilibrar a força de trabalho com a satisfação das necessidades de seus membros. Ressaltando que, as famílias que realizam este sistema de produção, não são de caráter pluriativo.

Outro fator importante para a compreensão destes resultados é o grau de diversidade das atividades como pode ser verificado na tipologia dos sistemas de produção.

A diversidade de sistemas e subsistemas que compõem o Tipo 3, revela uma concepção de valor que

Figura 3 - Quadro referente à análise econômica dos sistemas de produção com mão de obra complementar.

Tipo	PB (R\$)	CI (R\$)	D (R\$)	VA (R\$)	AUTOCONSUMO (R\$)	RM (R\$)
1	5363,60	2059,10	316,60	2987,60	3000,35	-12,75
2	24924,33	5098,66	1641,39	18203,28	4943,33	13259,95
7	41981,00	3782,92	20102,73	34873,92	4414,45	30450,79

Fonte: Dados da pesquisa, (2011; 2012).

não é concebida a partir do valor monetário, pois esta diversidade traduz os diversos sentidos da produção familiar que envolvem valores afetivos, identitários e culturais, construídos nas relações entre os sujeitos e destes com o espaço, sendo por sua vez, incomensuráveis.

[...] “A gente pensa que é podre, podre, podre, mas né tão não, né? se agente avaliar. Umas coisa que dinheiro nenhum compra a gente tem aqui, um peixe fresco ali da hora, nossas coisinhas são sem venenos, nossas plantinha”[...] (Agricultora e não assentada de 36 anos).

[...] “Para mim tanto faz ter dinheiro como não ter, passa do mesmo jeito, dando a lavra tendo o peixe pra comer a gente não se preocupa” [...] (Pescador-agricultor e não assentado de 29 anos).

Ao discutir a ideia de valor, Firth (1974) coloca que a este termo pode ser atribuído vários sentidos, onde a noção de valor envolve o julgamento numa escala preferencial, ou seja, uma graduação, implicando primordialmente qualidades positivas, ideias de desejabilidades ou de validade.

O sistema de produção Tipo 4 apresentou semelhanças com o Tipo 3 tanto em relação a diversidade inerente ao conjunto de atividades realizadas. Desta forma, a principal diferença entre estes sistemas de produção se deve a quantidade de UTF's, sendo em média 3 para Tipo 4, bem como a intensificação das atividades, especialmente no caso da pesca, pelo fato de ter como embarcação apenas o pacote, justificando os valores apresentados de PB, VA, RM e autoconsumo respectivos de : R\$ 24.984,64, R\$ 22.216,61, R\$ 18.685,84 e R\$ 3.530,61.

No entanto, os valores relativos aos CI e D, também foram menores em relação ao Tipo 3, sendo de R\$ 1.720,12 e R\$ 1.307,63 respectivamente.

Os Tipos 3 e 4 apresentam-se no processo de capitalização. Esta condição é observada principalmente

devido a atividade de pesca artesanal que, de forma isolada apresentou uma RM de R\$ 36.263,37 no Tipo 3 e R\$ 18.356,40 no Tipo 4.

De forma geral, dos tipos sistemas de produção que apresentaram em sua composição a pesca, o Tipo 6 é caracterizado por uma particularidade, o fato das famílias não possuírem embarcação por motivos já foram explicitados anteriormente. Este fato repercute diretamente na diminuição dos custos de forma mais que proporcional à diminuição do produto bruto na realização desta atividade como pôde ser verificado através dos valores apresentados de PB, CI, D e VA respectivamente de: R\$ 1.9043,44; R\$ 662, 88; R\$ 646,78 e R\$ 17.800,58.

Com relação à RM e ao autoconsumo apresentou valores iguais à R\$ 13.154,07 e R\$ 46.46,51 respectivamente.

Ressalta-se o valor do autoconsumo, sendo composto quase 50% dos produtos oriundos dos sistemas de cultivo, transformação e criação totalizando um valor de R\$ 2.196,84.

No que concerne aos sistemas de produção sem mão de obra complementar o Tipo 5 é o único que não apresenta a pesca em seu conjunto de atividades, sendo caracterizado por renda monetária total negativa, destinando toda sua produção ao autoconsumo, apresentando os seguintes valores PB, CI, D, VA, RM e autoconsumo, respectivamente de : R\$ 800, 30; R\$ 196,35; R\$ 10,70 R\$ 736,10 R\$ -64,20 e R\$ 800,30.

No entanto as famílias desenvolvem este sistema de produção foram as que, em média, apresentam maior renda extra, proveniente em alguns casos de trabalhos não agrícolas, equilibrando deste modo o orçamento familiar. Ressalta-se ainda as famílias do Tipo 5 prestam serviço como mão de obra complementar alguns meses do ano na própria comunidade, como já exposto anteriormente.

O quadro a seguir (Figura 4) traz de forma concisa os valores das variáveis referentes à análise econômica, dos sistemas sem mão de obra com mão de obra complementar.

Figura 4 - Quadro referente à análise econômica dos sistemas de produção sem mão de obra complementar.

Tipo	PB (R\$)	CI (R\$)	D (R\$)	VA (R\$)	AUTOCONSUMO (R\$)	RM (R\$)
3	51.108,10	6.392,87	2.405,68	44.332,66	8.022,13	3.6310,52
4	24.984,64	1.730,12	1.307,63	22.216,61	3.530,61	1.8685,85
5	800,30	196,35	10,70	736,1	800,30	-64,20
6	19.043,44	662,88	646,78	17.800,58	4.646,51	13.154,07

Fonte: Dados da pesquisa, (2011; 2012).

Através dos elementos trazidos na análise econômica, observou-se que a pesca se apresenta como a principal atividade geradora de renda, mesmo compreendendo sua instabilidade.

No entanto os sistemas de cultivo, criação e transformação além de possibilitarem uma maior diversificação da produção, estão relacionados com os modos de vida das famílias, com a segurança e soberania alimentar numa complexa combinação de atividades que se amalgamam na construção de um território mais autônomo com relação ao mercado, prevalecendo às relações de sociabilidade, ampliando o olhar sobre a realidade camponesa e sua economia.

Considerações Finais

Diante do exposto, tentou-se colocar a importância e o desafio de compreender como as unidades de produção familiar camponesa constroem cotidianamente sua economia alicerçada não apenas e nem principalmente em valores monetários, mas concebida a partir da vida, das formas de vida existentes no Campo.

Os sistemas de produção que possuem em seu conjunto de atividades a pesca artesanal possuem RM positiva. As famílias que realizam estes sistemas encontram-se em processo de capitalização, sendo as famílias que compõem o Tipo 3 as mais capitalizadas. As famílias que realizam os Tipos 1 e 5 apresentaram-se descapitalizadas.

Ressalta-se deste modo, a expressiva importância das rendas extras para a reprodução social das famílias que, por motivos relacionados às suas trajetórias de vida, ou mesmo pelo momento do ciclo biológico familiar vivido, não conseguem obter rendas monetárias satisfatórias.

No entanto as práticas relacionadas à agricultura familiar se revelam compositoras de um modo de vida que pôde ser representado de forma material ao se mensurar o produto bruto, o custo intermediário, depreciação, autoconsumo, o valor agregado e renda agrícola, onde foi observado que a maior parte da produção é destinada ao autoconsumo familiar.

Desta forma, a diversificação das atividades realizadas pelas famílias da comunidade Apiques não apenas no âmbito da agricultura familiar, mas tendo esta diversificação ampliada com a pesca artesanal, sugeriu um caráter inerente a segurança e soberania alimentar das famílias pesquisadas, tendo em vista da pesca ser a atividade de maior relevância econômica, sua instabilidade não garante recursos financeiros para adquirir os outros componentes da alimentação das famílias, que por sua vez, estão ligados a sua cultura alimentar e sua identidade social.

Tomando como base a mão de obra média disponível dos Tipos 3 e 4 e verificando o potencial econômico da atividade pesqueira, acredita-se ser interessantes ações governamentais que visem melhorar a cadeia produtiva da pesca marinha no Assentamento Maceió, investindo na capacitação da mão de obra jovem excedente nas áreas de gestão, processamento e comercialização do pescado, otimizando inclusive os programas PAA e PENAE como canais de comercialização, fomentando a geração de emprego e renda através de trabalhos não agrícolas e possibilitando contribuir com a segurança alimentar da sociedade, fortalecendo o caráter multifuncional da pesca.

Referências

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: < <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar> > Acesso em: 15 mai. 2012.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): UMA técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- ECUCERE, 10., Curitiba-PR, 2011. **Anais...** Curitiba-PR, 2011. Disponível em: www.educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf > Acesso em: 10 de dez. de 2012.

CAJADO, Diana. M. **Multifuncionalidade, pluriatividade e pesca artesanal: um estudo de caso da comunidade Apiques, Assentamento Maceió – Itapipoca-CE**. UFC. 2010. 58 p. Monografia (Engenharia de pesca) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CARVALHO, Horácio. M. **O campesinato do século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, 405p.

CHAYNOV, Alexander. L. **La organización de la unidad económica cam-**

ponesa. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342 p.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2007. 326 p.

FIRTH, Raymond, W. **Elementos da organização social**. Tradução: Dora Flaksman e Sérgio Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, 274 p.

GARCIA FILHO, Danilo P. **Guia metodológico de diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: INCRA/FAO, 1999, 65p.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela Maria NaokoTijjiwa. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 335. (v. 1).

MINAYO, Cecília. de. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, C.de.S (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 61-77.

PASQUOTTO, Vinicius. F; MIGUEL, Luiz. De A. Pesca artesanal e enfoque sistêmico: uma atualização necessária. In: **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju: Sociedade brasileira de sistemas de produção, 2005, p. 61-80.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-123, 2003

WANDERLEY, Maria. De. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. 2 ed. Passo Fundo: EDIUBE, 1999, p. 21-55.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade de terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, 330p.